

PAULO AFFONSO LEME MACHADO

***ESTUDOS DE
DIREITO AMBIENTAL
3***



ESTUDOS DE DIREITO AMBIENTAL – 3

© PAULO AFFONSO LEME MACHADO

*Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.
Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171
CEP 04531-940 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495
URL: www.malheiroseditores.com.br
e-mail: malheiroseditores@terra.com.br*

Composição: PC Editorial Ltda.

Capa:

Criação: Vânia Amato

Arte: PC Editorial Ltda.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

04.2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M149e Machado, Paulo Affonso Leme.
Estudos de direito ambiental 3 / Paulo Affonso Leme Machado
– São Paulo : Malheiros, 2019.
128 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-392-0446-5

1. Direito ambiental. 2. Acesso à informação. 3. Responsabilidade civil ambiental. I. Título.

CDU 349.6
CDD 344.046

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito ambiental 349.6

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araújo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

Capítulo 1 – ACESSO À INFORMAÇÃO, À PARTICIPAÇÃO PÚBLICA E ACESSO À JUSTIÇA EM MATÉRIA AMBIENTAL: ACORDO DE ESCAZÚ/2018

| | | |
|------------|--|-----------|
| 1.1 | <i>Antecedentes do Acordo Regional</i> | 13 |
| 1.2 | <i>Preâmbulo do Acordo Regional</i> | 14 |
| 1.3 | <i>Direito de viver em um ambiente sadio e a necessidade de incluir a expressão “meio ambiente sadio e equilibrado”</i> | |
| 1.3.1 | <i>O Acordo de Escazú/Costa Rica</i> | 15 |
| 1.3.2 | <i>Proposta de inserção do princípio do meio ambiente equilibrado</i> | 17 |
| 1.4 | <i>Os princípios do Acordo Regional de Escazú</i> | 20 |
| 1.4.1 | <i>Princípio de igualdade e princípio de não discriminação</i> | 20 |
| 1.4.2 | <i>Princípio da transparência e princípio da prestação de contas</i> | 21 |
| 1.4.3 | <i>Princípio da não regressão e princípio da progressividade</i> | 22 |
| 1.4.4 | <i>Princípio da boa-fé</i> | 22 |
| 1.4.5 | <i>Princípio da prevenção</i> | 23 |
| 1.4.6 | <i>Princípio da precaução</i> | 24 |
| 1.4.7 | <i>Princípio da equidade intergeracional</i> | 25 |
| 1.4.8 | <i>Princípio da máxima publicidade</i> | 26 |
| 1.4.9 | <i>Princípio da soberania permanente dos Estados sobre seus recursos naturais</i> | 27 |
| 1.4.10 | <i>Princípio da igualdade soberana dos Estados</i> | 28 |
| 1.4.11 | <i>Princípio “pro persona”</i> | 28 |
| 1.5 | <i>Acesso à informação ambiental</i> | |
| 1.5.1 | <i>Informação</i> | 29 |
| 1.5.2 | <i>Conceito de informação ambiental</i> | 29 |
| 1.5.3 | <i>Dimensão do direito de acesso à informação ambiental (art. 5, 2, do Acordo)</i> | 30 |

| | | |
|---------|---|----|
| 1.5.4 | <i>Pessoas ou grupos em situação de vulnerabilidade e acesso à informação ambiental</i> | 31 |
| 1.5.5 | <i>Denegação da informação ambiental</i> | |
| 1.5.5.1 | Denegação da informação ambiental com base na legislação nacional | 31 |
| 1.5.5.2 | Denegação da informação ambiental com base no Acordo Regional | 31 |
| 1.5.5.3 | Procedimentos administrativos na denegação da informação ambiental | 32 |
| 1.5.5.4 | O silêncio da autoridade perante o pedido de informação | 33 |
| 1.5.6 | <i>Exemplo da Convenção de Aarhus: previsão de uma obrigação específica de informar em caso de emissões</i> | 33 |
| 1.5.7 | <i>Mecanismos de revisão independentes</i> | 34 |
| 1.5.8 | <i>Conteúdo da informação ambiental</i> | 34 |
| 1.5.9 | <i>Registro de emissões</i> | 35 |
| 1.5.10 | <i>Acesso da informação ambiental na posse das empresas privadas e relatório da sustentabilidade das empresas</i> ... | 35 |
| 1.6 | <i>Participação pública nos processos de tomada de decisões ambientais</i> | |
| 1.6.1 | <i>Introdução</i> | 36 |
| 1.6.2 | <i>Mecanismos de participação</i> | 37 |
| 1.6.3 | <i>Valorização das observações do público</i> | 38 |
| 1.6.4 | <i>As decisões administrativas e a participação do público</i> | 39 |
| 1.6.5 | <i>Modos especiais de participação</i> | 40 |
| 1.6.6 | <i>As autoridades públicas e a participação de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade</i> | |
| 1.6.6.1 | Povos indígenas e grupos étnicos | 40 |
| 1.6.6.2 | Defensores dos direitos humanos em questões ambientais | 41 |
| 1.6.7 | <i>Processo de tomada de decisões e obrigação de divulgar informações</i> | 41 |
| 1.7 | <i>Acesso à justiça em questões ambientais</i> | |
| 1.7.1 | <i>Introdução</i> | 42 |
| 1.7.2 | <i>Direito de impugnação e de recursos judiciais e administrativos</i> | 43 |
| 1.7.3 | <i>Possíveis elementos garantidores do direito de acesso à justiça</i> | 43 |
| 1.7.3.1 | Noções gerais sobre os elementos garantidores do direito de acesso à justiça | 44 |
| 1.7.3.2 | O ônus da prova e a carga dinâmica da prova: o direito brasileiro e o Acordo Regional (art. 8, 3) | 46 |

| | | |
|------------|-----------------------------------|-----------|
| 1.8 | Considerações finais | 49 |
|------------|-----------------------------------|-----------|

**Capítulo 2 – O NEXO CAUSAL NA RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL
E O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

| | | |
|------------|---|-----------|
| 2.1 | Introdução | 51 |
| 2.2 | Histórico do caso e do processo | |
| 2.2.1 | Histórico do caso | 51 |
| 2.2.2 | Histórico do processo | 52 |
| 2.3 | Duas teses sobre o nexo de causalidade na responsabilidade objetiva ambiental | 53 |
| 2.4 | A não tradição do produto vendido | 53 |
| 2.5 | Legislação sobre segurança do transporte marítimo | 55 |
| 2.6 | A Lei de Política Nacional do Meio Ambiente/1981 e a responsabilidade civil objetiva | 56 |
| 2.6.1 | A responsabilidade civil objetiva ambiental: autoria e dano | 56 |
| 2.6.2 | A responsabilidade civil ambiental e o nexo de causalidade | 58 |
| 2.6.3 | Não ocorrência do nexo de causalidade no caso do navio Vicuña com referência às empresas compradoras do metanol | 59 |
| 2.6.4 | Inaplicabilidade da teoria da responsabilidade vinculada ao risco do processo produtivo | 60 |
| 2.6.5 | Poluidor indireto, responsabilidade civil objetiva ambiental e o caso do processo | 62 |
| 2.6.5.1 | Quem faz | 63 |
| 2.6.5.2 | Quem não faz, quando deveria fazer | 63 |
| 2.6.5.3 | Quem deixa fazer | 63 |
| 2.6.5.4 | Quem não se importa que façam | 64 |
| 2.6.5.5 | Quem financia para que façam | 64 |
| 2.6.5.6 | Quem cala quando tinha o dever de denunciar .. | 64 |
| 2.6.5.7 | Quem se beneficia quando outros fazem | 64 |
| 2.7 | A tese acolhida pelo STJ harmoniza-se com o desenvolvimento sustentável | |
| 2.7.1 | O desenvolvimento sustentável na Declaração de Estocolmo/1972 | 65 |
| 2.7.2 | O desenvolvimento sustentável na Declaração do Rio de Janeiro/1992 | 66 |
| 2.7.3 | O desenvolvimento sustentável na Decisão da Corte Permanente de Arbitragem de Haya | 66 |
| 2.8 | Considerações finais | 67 |

Capítulo 3 – DIMENSÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DE REPARAR ÁREAS CONTAMINADAS

| | | |
|------------|---|----|
| 3.1 | <i>Solo e meio ambiente</i> | 69 |
| 3.2 | <i>Conceituação de solo</i> | 70 |
| 3.3 | <i>Dos deveres do Poder Público e dos proprietários privados na conservação do solo</i> | 72 |
| 3.4 | <i>A prevenção da contaminação dos solos</i> | |
| 3.4.1 | <i>Conceito de prevenção</i> | 73 |
| 3.4.2 | <i>A prevenção na Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos</i> | 73 |
| 3.4.3 | <i>O princípio da precaução: prevenção na incerteza</i> | 74 |
| 3.4.4 | <i>A prevenção na Diretiva 35/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia</i> | 75 |
| 3.5 | <i>O princípio poluidor-pagador, o princípio do desenvolvimento sustentável, o princípio do direito da sociedade ao controle social e a contaminação dos solos</i> | |
| 3.5.1 | <i>O princípio poluidor-pagador</i> | 75 |
| 3.5.2 | <i>Princípio do desenvolvimento sustentável</i> | 77 |
| 3.5.2.1 | <i>Desenvolvimento</i> | 77 |
| 3.5.2.2 | <i>Desenvolvimento sustentado</i> | 78 |
| 3.5.2.3 | <i>Princípio do direito da sociedade ao controle social</i> | 78 |
| 3.6 | <i>A reparação do solo contaminado na União Europeia</i> | |
| 3.6.1 | <i>Anexo II – Reparação dos danos ambientais – Diretiva 2004/35 CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21.4.2004</i> | 79 |
| 3.6.2 | <i>Opinião de juristas na União Europeia</i> | 80 |
| 3.7 | <i>A remediação dos solos segundo as normas federais e do Estado de São Paulo</i> | |
| 3.7.1 | <i>Da avaliação de risco</i> | 81 |
| 3.7.2 | <i>Constatação da ultrapassagem do risco aceitável para a vida, para a saúde humana e para o meio ambiente</i> | 82 |
| 3.7.3 | <i>Fixação de valores para o risco aceitável</i> | 83 |
| 3.7.4 | <i>Conceito de remediação</i> | 84 |
| 3.8 | <i>A constitucionalidade da responsabilidade de acordo com os níveis de risco aceitados ou tolerados, conforme o uso declarado da área</i> | |
| 3.8.1 | <i>O art. 225, “caput”, da Constituição Federal</i> | 85 |
| 3.8.2 | <i>O art. 225, § 2º, da Constituição Federal</i> | 87 |
| 3.8.3 | <i>O sentido da expressão “independentemente da obrigação de reparar os danos causados” (art. 225, § 3º, da Constituição Federal)</i> | 88 |

| | |
|---------------------------------------|-----------|
| 3.9 Considerações finais | 89 |
|---------------------------------------|-----------|

Capítulo 4 – A PAISAGEM COMO DIREITO INDIVIDUAL E COMO DIREITO DIFUSO

| | |
|--|------------|
| 4.1 Introdução | 91 |
| 4.2 Paisagem e a legislação constitucional e infraconstitucional | 91 |
| 4.2.1 <i>Legislação constitucional</i> | |
| 4.2.1.1 <i>Constituições anteriores</i> | <i>91</i> |
| 4.2.1.2 <i>A Constituição do Brasil de 1988</i> | <i>92</i> |
| 4.2.2 <i>Divisão de competências constitucionais e paisagem</i> | <i>93</i> |
| 4.2.3 <i>Previsão da paisagem nas leis ordinárias federais</i> | <i>93</i> |
| 4.2.3.1 <i>Decreto-lei 25, de 30.11.1937</i> | |
| 4.2.3.2 <i>Lei 7.347, de 24.7.1985</i> | <i>94</i> |
| 4.2.3.3 <i>Lei 9.985, de 18.7.2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza</i> | <i>95</i> |
| 4.2.3.4 <i>Lei 10.257, de 10.7.2001 – Estatuto da Cidade</i> | <i>95</i> |
| 4.2.3.5 <i>Lei 12.651, de 25.5.2012</i> | <i>96</i> |
| 4.3 Amplitude da conceituação de paisagem | |
| 4.3.1 <i>Conceituação da paisagem no direito internacional e comparado</i> | |
| 4.3.1.1 <i>Convenção Europeia da Paisagem</i> | <i>97</i> |
| 4.3.1.2 <i>Bélgica</i> | <i>98</i> |
| 4.3.1.3 <i>Espanha</i> | <i>99</i> |
| 4.3.1.4 <i>Itália</i> | <i>99</i> |
| 4.3.1.5 <i>França</i> | <i>99</i> |
| 4.3.1.6 <i>Argentina/Província de Córdoba</i> | <i>100</i> |
| 4.3.2 <i>A paisagem e sua relação com o observador e com a sociedade</i> | <i>100</i> |
| 4.3.3 <i>A paisagem como um conjunto de bens</i> | <i>101</i> |
| 4.3.4 <i>A paisagem e o tempo</i> | <i>102</i> |
| 4.4 Gestão da paisagem | |
| 4.4.1 <i>Proteção da paisagem e direito de propriedade</i> | <i>102</i> |
| 4.4.2 <i>Direito de acesso à paisagem, tombamento e estudo de impacto ambiental</i> | <i>103</i> |
| 4.4.3 <i>A informação e a participação na gestão da paisagem conforme a inovação do art. 216-A da Constituição Federal</i> | <i>105</i> |
| 4.5 Aspectos penais e processuais da paisagem | |
| 4.5.1 <i>Proteção penal do patrimônio paisagístico</i> | |
| 4.5.1.1 <i>Destruição, inutilização e deterioração da paisagem</i> | <i>106</i> |
| 4.5.1.2 <i>Alteração de local especialmente protegido</i> | <i>107</i> |

| | |
|--|-----|
| 4.5.1.3 Deixar de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental | 108 |
| 4.5.2 <i>A ação civil pública e a ação popular – Meios processuais civis conservadores da paisagem</i> | 109 |
| 4.6 Considerações finais | 110 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 111 |
| POSFÁCIO – JUIZ FEDERAL JOÃO CARLOS CABRELON DE OLIVEIRA | 117 |